

Seja o presente projeto distribuído
à comissão respectiva.

Sala das Sessões, Em 14/08/2025


Presidente



ESTADO DA PARAÍBA
CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA LUZIA – PB
CASA DR. FRANCISCO SERÁFICO DA NÓBREGA FILHO

RECEBIDO

Em 14/08/2025


Renata Emily da Silva Medeiros
Secretária Legislativa
Câmara Municipal de Santa Luzia-PB

APROVADO Por 10 Votos

Contra 00 Votos.

Sala das Sessões, Em 28/08/2025


Presidente

Projeto de Lei Nº 038/2025

DISPÕE SOBRE A PUNIÇÃO AOS TUTORES E
NÃO TUTORES DE ANIMAIS QUE OS
SUBMETEM A CONDIÇÕES DE ABANDONO E
MAUS-TRATOS NO MUNICÍPIO DE SANTA LUZIA
E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Art. 1º Fica proibido o abandono de animais, domiciliar ou silvestre, em logradouros públicos ou em áreas particulares, sendo elas ocupadas, desabitadas e/ou vazias.

Parágrafo único. As áreas particulares referidas neste artigo, dentre outras, abrangem: residências vazias desabitadas ou inabitadas, terrenos, fábricas, galpões, estabelecimentos comerciais e propriedades rurais.

Art. 2º Situações a serem caracterizadas como abandono ou maus-tratos:

I - Mantê-los sem abrigo ou em condições insalubres que lhes causem desconforto físico ou mental;

II - Privá-los de necessidades básicas, tais como alimentação, água e higiene básica;

III - submetê-los a qualquer tipo de situação (lesão ou agressão) que lhes causem sofrimento, dano físico ou mental, ainda que seja para adestramento;

IV - Abusá-los sexualmente;

V - Enclausurá-los com outros que os molestem ou importunem;

VI - Criar, manter ou expor animal em recinto desprovido de segurança, limpeza e desinfecção;

VII - Utilizar animal em confronto ou luta, entre animais da mesma espécie ou de espécies diferentes;

VIII - Provocar envenenamento em animal que resulte ou não em morte;

IX - Deixar de propiciar morte rápida e indolor a animal cuja eutanásia seja necessária e recomendada por médico veterinário;





ESTADO DA PARAÍBA
CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA LUZIA – PB
CASA DR. FRANCISCO SERÁFICO DA NÓBREGA FILHO

X - Promover distúrbio psicológico e comportamental em animal;

XI - Outras ações ou omissões atestadas por profissional técnico habilitado;

XII - Outras práticas que possam ser consideradas e constatadas como maus-tratos pela autoridade ambiental, policial, judicial, agente fiscal, veterinário ou outra qualquer com esta competência;

XIII - Abandoná-los a própria sorte em qualquer ambiente que se enquadre no Art. 1º da presente Lei.

Art. 3º Serão aplicadas as seguintes sanções para quem praticar maus-tratos ou abandonar animais silvestres, domésticos ou domesticados, nativos ou exóticos, sendo que as multas podem variar de R\$ 1.000,00 a R\$ 10.000,00, de acordo com o nível de gravidade detectado conforme designado em regulamento do Poder Executivo ou legislação vigente, com valor corrigido, anualmente, pelo índice nacional de preços ao consumidor amplo – IPCA ou outro que vier a substituí-lo legalmente.

I - Nos casos de maus-tratos praticados dolosamente, que provoquem a morte do animal, será cobrada a multa de R\$ 10.000,00;

II - Nos casos de maus-tratos praticados dolosamente, que provoquem lesões ao animal, incluindo atropelamento e posterior fuga sem prestar o devido socorro, será cobrada a multa de R\$ 10.000,00;

III - nos casos de atropelamento de forma culposa, e posterior fuga sem prestar o devido socorro será cobrada a multa de R\$ 10.000,00;

IV - Nos casos de maus-tratos, praticados de forma dolosa ou culposa, que não gerem lesões ou a morte do animal, será cobrada a multa de R\$ 1.000,00 a R\$ 10.000,00, conforme ato constatado pela fiscalização;

V - Nos casos de abandono de animal, sadio ou doente, será cobrada a multa de R\$ 5.000,00;

VI - Em caso de ferimento ou lesão por maus-tratos, caberá ao infrator o pagamento das despesas com o tratamento médico veterinário e transporte, na forma do Código Civil.

§ 1º A cada reincidência de infração, a pena da multa será aplicada em dobro em relação à multa aplicada;

§ 2º As multas geradas neste artigo serão aplicadas por animal impactado;

§ 3º Toda ação ou omissão que viole as regras jurídicas desta Lei é considerada infração administrativa e será punida com as sanções aqui previstas;



ESTADO DA PARAÍBA
CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA LUZIA – PB
CASA DR. FRANCISCO SERÁFICO DA NÓBREGA FILHO

§ 4º A aplicação da penalidade a qualquer das infrações tipificadas neste artigo serão feitas pela fiscalização ambiental e/ou fiscalização sanitária e/ou órgão responsável designado em regulamento pelo Poder Executivo;

§ 5º Caso a fiscalização necessite, será solicitado laudo para a constatação de maus-tratos, elaborado por profissional técnico habilitado.

§ 6º Para efeitos desta Lei, entende-se por:

a) Maus-tratos: qualquer ato, direto ou indireto, comissivo ou omissivo, que intencionalmente ou por negligência, imperícia ou imprudência provoque dor ou sofrimento desnecessários aos animais (animais mal alimentados, que sofrem lesões físicas, privados de bem-estar, abandonados, doentes, feridos, extenuados, mutilados, em qualquer via pública ou propriedade privada, bem como deixar de ministrar-lhe tudo o que humanitariamente se lhe possa prover, inclusive assistência médica veterinária, conduzir ou manter aprisionados animais em posição inadequada - cabeça para baixo e membros atados a outros que provoquem sofrimento, excesso de peso de carga, tortura, submissão, experiências pseudocientíficas, entre outros.)

b) Abandono de animais: ato de abandonar, sem a devida assistência, de forma permanente ou temporária, em qualquer espaço público ou privado, animal doméstico, domesticado, silvestre, exótico, ou em rota migratória, do qual detém a propriedade, posse ou guarda, ou se está sob guarda, vigilância ou autoridade.

c) Crueldade: qualquer ato intencional que provoque dor ou sofrimento desnecessários nos animais, bem como intencionalmente impetrar maus tratos continuamente aos animais

d) Abuso: qualquer ato intencional, comissivo ou omissivo, que implique no uso despropositado, indevido, excessivo, demasiado, incorreto de animais, causando prejuízos de ordem física e/ou psicológica, incluindo os atos caracterizados como abuso sexual.

Art. 4º Os valores arrecadados pelas multas serão destinados ao Fundo Municipal de Meio Ambiente, com prioridade para a causa animal.

I - As multas aplicadas, tanto para o infrator pessoa física, quanto para o infrator pessoa jurídica, serão dadas por animal impactado.

II - Nos casos de animais resgatados ou apreendidos, não tendo o custeio das despesas feitas pelo tutor ou infrator, caso não identificado, poderá ser custeado pelos valores arrecadados das infrações da presente Lei.

Art. 5º O Poder Executivo regulamentará a presente Lei no que couber.

Parágrafo único. Na regulamentação de que trata esta Lei deverá constar:

I - O órgão responsável pela fiscalização e a forma de aplicação das sanções;

II - As formas e os prazos para a interposição de recurso administrativo.



ESTADO DA PARAÍBA
CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA LUZIA – PB
CASA DR. FRANCISCO SERÁFICO DA NÓBREGA FILHO

Art. 6º As sanções previstas nesta lei não elidem as penas previstas na Lei n.º 9.605, de 12 fevereiro de 1998.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO MORAIS – VEREADOR MDB



ESTADO DA PARAÍBA
CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA LUZIA – PB
CASA DR. FRANCISCO SERÁFICO DA NÓBREGA FILHO

MENSAGEM

A relação entre humanos e animais tem evoluído significativamente ao longo do tempo. Esta mudança de percepção reforça a necessidade de proteção jurídica para garantir a dignidade e o bem-estar dos animais.

A Declaração Universal dos Direitos dos Animais, da Unesco, dispõe em seu art. 3º, que nenhum animal será submetido nem a maus-tratos, nem a atos cruéis. No mesmo sentido, a Constituição da República Federativa do Brasil, em seu art. 225, assegura o direito a um meio ambiente ecologicamente equilibrado, impondo ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo. O voto do relator no Recurso Especial n.º 1.115.916-MG (2009/0005385-2), do Superior Tribunal de Justiça (STJ), destaca que animais como cães e gatos, dotados de sistema nervoso, capazes de sentir dor e afeto, merecem respeito e proteção, não podendo ser considerados como coisas inanimadas.

A violência que acomete a fauna brasileira, sendo ela silvestre ou doméstica, é um problema constante, manifestando-se de várias formas como abandono, torturas, mutilações, matanças injustificadas, submissão a fome ou sede, caça ilegal, tráfico e condições degradantes de cativeiro. A Resolução nº 1.236, do Conselho Federal de Medicina Veterinária, define a crueldade, abuso e maus-tratos como qualquer ato que cause dor ou sofrimento desnecessário aos animais, seja por ação ou omissão, fortalecendo a segurança jurídica, e servindo de referência técnico-científica para decisões judiciais relacionadas ao tema.

Este projeto de lei tem como objetivo principal combater com rigor e efetividade a realidade do desamparo e do abuso contra animais em nossa sociedade. Através de punições rigorosas estes crimes e o fortalecimento da fiscalização, buscamos construir um futuro onde a crueldade contra esses seres sencientes não tenha lugar, assegurando-lhes o bem-estar e a dignidade que lhes são de direito. Diante do interesse social significativo, da urgência e da relevância da matéria, espera-se que o presente projeto mereça a atenção dos nobres vereadores, e aguarda-se sua aprovação para atender às demandas da população e fortalecer a defesa dos direitos dos animais.



ESTADO DA PARAÍBA
CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA LUZIA – PB
CASA DR. FRANCISCO SERÁFICO DA NÓBREGA FILHO
COMISSÃO DE RECESSO PARLAMENTAR

PARECER DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO

PROJETO DE LEI Nº 038/2025 Santa Luzia – PB, 14 de agosto de 2025

DISPÕE SOBRE A PUNIÇÃO AOS
TUTORES E NÃO TUTORES DE
ANIMAIS QUE OS SUBMETEM A
CONDIÇÕES DE ABANDONO E
MAUS-TRATOS NO MUNICÍPIO DE
SANTA LUZIA E DÁ OUTRAS
PROVIDÊNCIAS.

RELATÓRIO:

O referido projeto tem respaldo legal, está tecnicamente, redacionalmente e constitucionalmente correto é considerado pela comissão cabível. Fica proibido o abandono de animais, domiciliar ou silvestre, em logradouros públicos ou em áreas particulares, sendo elas ocupadas, desabitadas e/ou vazias. As áreas particulares referidas neste artigo, dentre outras, abrangem: residências vazias desabitadas ou inabitadas, terrenos, fábricas, galpões, estabelecimentos comerciais e propriedades rurais. A aplicação da penalidade a qualquer das infrações tipificadas neste artigo serão feitas pela fiscalização ambiental e/ou fiscalização sanitária e/ou órgão responsável designado em regulamento pelo Poder Executivo.

VOTO DO RELATOR:

Diante do exposto, voto pela tramitação da matéria.

Santa Luzia, 18 de agosto de 2025



ESTADO DA PARAÍBA
CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA LUZIA – PB
CASA DR. FRANCISCO SERÁFICO DA NÓBREGA FILHO
COMISSÃO DE RECESSO PARLAMENTAR

RICARDO MORAIS DE OLIVEIRA
Relator

VOTO DA COMISSÃO:
PETRONIO ROCHA DOS SANTOS- (a favor)
RICARDO MORAIS DE OLIVEIRA- (a favor)
GABRIEL MEDEIROS DA NOBREGA- (a favor)